

beneficiando dessa situação.

Como ser um cristão leigo e político coerente?

O cristão leigo deve fazer política de qualidade, buscando e defendendo o bem comum a partir do Evangelho. A sua fé deve iluminar a política, e não substituí-la ou demonizá-la. O cristão leigo consciente faz política, sim, porque ele não se cansa de buscar o bem de todos. O cristão leigo tem uma Boa Notícia, que é o Evangelho, para anunciar a todos. Por que não enriquecer a política com ela? O mundo da política só tem a ganhar com a luz que receberá do Evangelho. O cristão leigo também deve denunciar a politicagem, por ser ela um pecado contra a pessoa humana e contra Deus.

Que significa: Não confundir Política com Politicagem?

Política é a ciência e a arte de governar. Fazer política é participar da organização e da administração da vida comunitária. Política é o uso legítimo do poder para alcançar o bem comum da sociedade. Ela define os meios e a ética das relações sociais. A política é uma forma sublime de exercer a caridade; é uma das mais altas expressões do amor.

E a politicagem?

Não devemos confundir política com politicagem. Política é fazer do poder um instrumento para alcançar o bem comum. Politicagem é usar o poder apenas em benefício próprio. A política não é a busca do “poder pelo poder” e das regalias que ela

pode trazer; não é usar e abusar do povo para se enriquecer; não é um meio legal de legitimar o autoritarismo; não é um jeito fácil de meter a mão no bolso do povo para encher o próprio bolso.

Então, a política verdadeira é útil à sociedade?

Todos fazem política. Ninguém vive sem participar do que acontece no dia-a-dia. Fazemos política, inclusive, quando “cruzamos os braços” e “ficamos de fora”. Quem se omite, consente com a situação, aceitando-a como ela é. A política verdadeira é útil e necessária; sem ela, não teríamos como viver em sociedade. A política bem entendida, não é “coisa suja”. “Sujos” somos nós quando fazemos da política um “jeito” de roubar, explorar, oprimir, humilhar e empobrecer o povo.

Concluindo: Somos todos seres políticos por natureza. Quando trabalhamos pelo bem comum, fazemos política; mas, quando só pensamos em nosso próprio bem, fazemos politicagem. Por isso, o futuro do nosso País e do nosso Estado está em nossas mãos! Portanto, sejamos conscientes! Voto não tem preço; tem consequências.



VOTO não tem preço
Tem **CONSEQUÊNCIA**



VOTE COM RESPONSABILIDADE!

Estamos nos aproximando das eleições gerais, que decidirão o futuro do nosso País e do nosso Estado. Não pense que o seu voto não é importante, que é apenas um voto a mais, que não resolverá nada, que tanto faz votar nesse ou naquele candidato. O nosso voto é decisivo. Somos responsáveis pelo nosso futuro. Por isso, votar conscientemente, é questão de cidadania e é missão cristã.

Nestas eleições gerais, o nosso voto é para escolher o Presidente da República, o Governador do Estado, os Senadores e os Deputados Federais e Estaduais. Por isso, é importante e decisivo para o futuro do nosso País, para que ele seja governado por pessoas que queiram o bem de todos. Não troque o seu voto por favorecimentos pessoais, benefícios materiais, promessas ilusórias! Não deixe de votar! Não anule o seu voto! Não vote em branco! Pois, votos brancos e nulos não anulam a eleição.

E como votar com consciência e responsabilidade?

1) Procure escolher candidatos que tenham FICHA LIMPA e não sejam corruptos, mas, bons administradores; 2) Candidatos que respeitem a família, valorizem a educação de qualidade, a liberdade religiosa, o lazer sadio e o melhor atendimento à saúde;

3) Candidatos que defendam a vida e sejam contra o aborto e a legalização das drogas; 4) Candidatos que promovam o cuidado da Casa Comum e o meio ambiente, respeitando o equilíbrio da natureza; 5) Candidatos que apresentem projetos com políticas públicas voltadas para crianças, jovens, saúde, oportunidades de trabalho para todos, entre outras; 6) Candidatos que não votam contra os interesses da população.

Como saber se o candidato é comprometido com estas propostas?

Primeiro, cada um deve refletir sobre cada uma dessas propostas, a fim de que possa fazer uma boa escolha. Depois, procurar conhecer e analisar os candidatos, seu passado, seus projetos, suas características. Perguntar: A história do candidato corresponde a algumas destas qualidades?

Como votar com consciência?

1) Não seja corrupto, procurando vender ou trocar o seu voto; 2) Pensar mais no bem da população do que no seu próprio bem; 3) Ter consciência de que todos somos responsáveis por uma sociedade mais justa e solidária; 4) Na vida diária, procurar, cada um fazer a sua parte, sendo honesto e cumpridor dos seus deveres; 5) Não se espelhar em maus exemplos de desonestidade, mesmo que sejam de pessoas ditas “importantes”. Assim o mundo, a começar de você, será melhor (CNBB Regional Leste II - eleições 2018 Fontes: Mensagens da CNBB - CONSER).

É aconselhável a participação do cristão leigo na política partidária?

Todo cristão leigo deve participar da construção de uma sociedade justa e solidária. Para isso é preciso engajar-se em associações de moradores, sindicatos, cooperativas, entidades beneficentes e partidos políticos que tenham como finalidade o bem comum. Se a pessoa optar por ficar “na sua”, deixando que tudo fique como está, estará aceitando a situação e colaborando com ela. Isto pode tornar a situação pior.

Enquanto instituição, a Igreja pode fazer política partidária?

A Igreja não tem um partido próprio e nem adota um partido como seu. Porém, é seu dever incentivar o cristão leigo a se engajar e a participar da política partidária, levando aos partidos e às ideologias que os sustentam, as riquezas e os valores do Evangelho. Não adianta os cristãos condenarem os políticos de carreira, enquanto eles mesmos se recusam a fazer da participação política um serviço para o bem comum. Não vale se acomodar ou ficar omissos em relação à política.

E se o cristão leigo se candidatar a um cargo político?

Quando o cristão leigo se candidatar para um cargo político, deve-se afastar do seu ofício eclesial durante o período da campanha eleitoral, por três motivos: para ter mais tempo para se dedicar à candidatura; para não correr o risco de usar do ofício em benefício próprio; e para não ser acusado pelos adversários políticos de estar se